

O MARRANISMO NA PARAÍBA: ACEITAÇÃO, ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA.

Antonio Gutemberg da Silva

Graduado em História pela UEPB, Aluno de Especialização em História do Brasil/Paraíba pela FIP

e-mail: gutembergprofessor@yahoo.com.br

É crescente o interesse pela recuperação da memória judaica no Brasil, sobretudo pelos seus vínculos com a historiografia brasileira. Os projetos colonizadores para a América Portuguesa, possibilitaram uma migração contínua de cristãos-novos e judeus para diversas regiões do nordeste dentre elas a Paraíba em fins do século XVI e XVII.

Ao nos reportarmos para a nossa região, vemos que desde o início da colonização da Paraíba, muitos judeus de origem portuguesa ou espanhola participaram da conquista da região, contribuindo para seu desenvolvimento. Em cada momento, porém, os descendentes dos conversos, chamados então de cristãos-novos ou marranos, formaram uma comunidade com características específicas, sabendo se adaptar às diferentes conjunturas sociais e econômicas do período colonial. A religião teve um peso importante neste processo, conforme analisaremos sob as idéias da historiadora Fernanda Mayer Lustosa (2002) orientanda da professora Anita Novinsk à qual dedica-se em sua tese de mestrado a tratar sobre as resistências judaicas e suas possíveis adaptações no Brasil e em especial na Paraíba no período colonial. Tendo como principal objetivo mostrar como o aspecto religioso se manifestou de formas diferentes nos diversos momentos da história da região, focalizando nossa atenção em três períodos específicos: Os pioneiros cristãos-novos na Paraíba; O domínio holandês e o retorno ao judaísmo e os cristãos novos da Paraíba entre o marranismo e a Inquisição. Segundo Fernanda Lustosa (2002:135), o criptojudaísmo encontrado na comunidade marrana da Paraíba era forte, com o ensino da Lei de Moisés presente na maioria das famílias. Algumas cerimônias, como o jejum do “Dia Grande”, o respeito ao Shabbat (guardar os sábados como se fossem dias santos), vestindo neles roupa limpa, a manutenção das regras dietéticas casher, não comendo carne de porco, coelho, lebre, peixe sem escamas e alimentos com sangue. Rezavam os salmos de David e o Padre Nosso sem dizer Jesus no fim. Era um grupo crítico em relação ao Catolicismo, considerando Jesus um feiticeiro e desprezando o culto de imagens, consideradas apenas como “pão e barro cozido”; duvidavam da virgindade de Maria e negavam a adoração da hóstia. Após denúncia feita à Inquisição em 1726, cinqüenta pessoas foram presas na Paraíba e enviadas para julgamento em Lisboa. Duas delas receberam a pena de morte, oito morreram nos cárceres do Santo Ofício e a maior parte nunca voltou para a Paraíba.(LUSTOSA 2002:144).

Desde o século XVI a Paraíba foi um foco de judaísmo. Os cristãos-novos que aí viviam não eram abastados como os da Bahia ou do Rio de Janeiro, mas também tinham algumas posses.

Tiravam sua subsistência da agricultura e possuíam alguns escravos. Seu número cresceu após a expulsão dos holandeses, quando judeus que não quiseram deixar o Brasil penetraram fundo no sertão. No século XVIII viviam principalmente em engenhos situados à margem do rio Paraíba. Constituíam um grupo de boas condições financeiras, coeso, fechado, endogâmico e freqüentavam a igreja apenas para o 'mundo ver'. Mas no âmago de seus corações, como no templo de suas casas faziam as cerimônias que aprenderam de seus pais e avós, e que lhes eram transmitidas há mais de dez gerações (NOVINSK, 1972).

Tomando por base os estudos de Lustosa vemos que o 'judaísmo' dos cristãos-novos da Paraíba se manifestava através de dois modelos: a prática de algumas cerimônias e o sentimento de "pertencer". Os cristãos-novos de Camaragibe (Pernambuco), Segundo LUSTOSA (2002:137) também foram acusados de seguir alguns preceitos da religião judaica. Mas é importante, uma vez para sempre, demolir o mito de que a perseguição aos marranos foi eminentemente religiosa.

Muito cedo os paraibanos aparecem como suspeitos de judaísmo. O primeiro visitador que a Inquisição mandou ao Brasil já teve ordem de investigar a Paraíba. João Nunes, cristão-novo que aqui viveu em fins do século XVI, e teve importante papel na colonização local, foi denunciado por ter dito "quando me ergo pela manhã que rezo uma Ave Maria, amarga-me a boca". A própria distância em relação à corte portuguesa fazia com que muitos cristãos-novos, na colônia, entre o público e o privado pudessem cultivar suas práticas referentes às Leis de Moisés.

"A distância da Inquisição portuguesa permitiu ao grupo uma maior liberdade de expressão. Sem a ameaça do Santo Ofício, os membros deste grupo manifestaram seu judaísmo abertamente, sem medo de serem denunciados e presos". (MENDONÇA, 1970:519)

Pesquisas mais exaustivas poderão esclarecer ainda obscuros ângulos da realidade dos 'judeus' da Paraíba. As suspeitas aparentes repetiam as seculares acusações de que "faziam ajuntamentos", costumavam estar na Igreja com muito pouco acato e reverência no tempo em que se alevantava o "Santíssimo Sacramento" quando falavam uns com os outros, e não traziam livros de rezas nem de contas. (MENDONÇA, 1970)

Na quaresma de 1673, por exemplo, a Inquisição de Lisboa ordenou que se publicasse um edital na igreja de Nossa Senhora das Neves, chamando todos fieis católicos a vir denunciar sob pena de excomunhão. Deviam contar tudo que presenciaram ou "ouviram" contra a Santa Fé Católica. O vigário da Igreja de Nossa Senhora das Neves, padre Francisco Arouche e Abrantes, leu o edital no púlpito. A população se agitou e de boca em boca corria a notícia da excomunhão. Amedrontados, sussurravam que as iras do inferno iriam desabar sobre os cúmplices. Acontece então algo surpreendente: apenas oito pessoas se apresentaram perante o vigário para cumprir as ordens da Igreja. Todos repetiram que o faziam por medo. Durante os treze meses que durou

o inquérito, de 26 de fevereiro de 1673 a 20 de março de 1674, o vigário ouviu apenas as denúncias desses oito paraibanos. (MENDONÇA, 1970)

O estigma, a exclusão, a perseguição, revitalizaram o judaísmo na Paraíba. Parte dos judeus e cristãos-novos que viviam em Pernambuco, quando foi ordenada a expulsão dos judeus holandeses, não optou pelo exílio e vamos encontrar seus descendentes, ainda praticando o judaísmo, nos sertões da Paraíba, do Piauí, Ceará e Rio grande do Norte. Entre os paraibanos que foram presos entre os anos 1729 e 1735, diversos tinham nascido em Pernambuco. Conta-se que no engenho de São Bento, os cristãos-novos trabalhavam aos domingos e dias santos, e com afrontas tentavam ridicularizar o catolicismo, chamando Jesus de “feiticeiro”. (MENDONÇA APUD LUSTOSA, 2002:138).

Os cristãos-novos da Paraíba resistiram durante três séculos às pressões da Igreja. Na segunda metade do século XVIII, com o arrefecimento das perseguições no Nordeste, as notícias sobre os marranos silenciaram. Parecia que haviam sido totalmente absorvidos pela sociedade ampla. Mas algumas descobertas surpreendentes nos últimos anos revelaram a existência de resquícios do judaísmo no mais distante sertão. Essas pesquisas têm sido objeto atualmente de estudo do antropólogo francês, professor do Collège de France, Nathan Wachtel . Cineastas também buscaram na história dos marranos do Nordeste, inspiração para seus documentários. O marranismo brasileiro vem despertando tanto interesse que faz parte hoje de um curso no Collège de France. (1992:159).

A idéia de ‘salvação’ dominava a mente dos cristãos-novos portugueses, porém era centrada em Moisés, não em Cristo. Para os cristãos-novos, assim como para os judeus, a salvação não era metafísica, mas política. O salvador não é Deus, mas um homem, Moisés, e uma lei, a Lei que desceu do Sinai.

Os cristãos-novos que viveram na Paraíba participaram da sua história como personagens ativos, contribuindo nas mais diversas atividades produtivas. Seu comportamento e sua mentalidade sofreram mudanças sob o efeito das transformações históricas do período. Mas, independentemente do modo como o grupo expressou a sua religiosidade, podemos presumir que em todos os momentos conservou-se a idéia de uma identidade específica no grupo. O que não nos dá uma ótica de homogeneidade das tradições judaizantes em nosso Nordeste, pois cada espaço com suas variantes de perseguições e de costumes remotos as lembranças, por exemplo, do judaísmo Ibérico implicaram numa reafirmação cultural resultando em novas identidades por meio de práticas aculturadas em meio ao sincretismo vivido no meio ao qual estavam inseridos.

Ora pelos laços estabelecidos entre as famílias, ora por causa da discriminação sofrida numa sociedade que constantemente os diferenciava dos cristãos-velhos, os marranos foram forjando uma identidade cultural particular herdada de suas raízes judaicas e reafirmada pela sociedade

abrangente, que, compulsoriamente, por meio das medidas repressoras da Inquisição, limitava sua liberdade com uma série de restrições (LUSTOSA, 2002:145).

Assim vemos que em meio a fugas, adaptações e resistências os marranos foram tecendo um papel importante na construção da cultura brasileira frente à diversidade étnico-cultural que viria para a Paraíba e para o Brasil no período colonial e que resignificariam-se ao longo do tempo histórico.

“As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência... Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. (PESAVENTO, 2004:39).

A nova história cultural, longe de tomar como objeto preponderante as interpretações dos expoentes filosóficos e as manifestações formais de cultura (como a arte e a literatura), demonstrou sua "estima" pelas práticas populares ou pelas manifestações das massas inominadas expressas nos rituais religiosos, crenças, festas e resistências cotidianas ao poder instituído.

Assim vemos que as práticas cotidianas as quais vivenciamos nos dias de hoje são um resultado do processo de miscigenação ao qual sofreu o Brasil durante toda nossa história. E, um dos contribuintes para que tais manifestações culturais pudessem mesmo que de forma resignificada está presente de maneira bastante contundente em nossos costumes, crenças e tradições seriam as práticas judaizantes e marranas oriundas da Península Ibérica desde meados do século XVI e que foram sofrendo aculturações de outras etnias que corroboraram para formação do Brasil com representações culturais diversas.

Os cristãos-novos estavam isolados do Judaísmo tradicional e imersos em um mundo cristão; sua crença sofrera alterações profundas e uma geração após a conversão, a maioria dos conversos tornara-se mais cristãos do que judeus. E são exatamente essas alterações entre o público e o privado, o proibido e o aceito que iremos identificar tais representações culturais para podermos perceber até que ponto nossos costumes suspeitos de serem de origem judaica, possuem mesmo berços das Leis de Moisés e as diferentes interpretações e significações que essas crenças foram tomando ao longo da história brasileira em especial paraibana.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2003:39)

“... as formas integradoras da vida social, construídas pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo. Expressas em normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas”.

Mas, qual seriam tais representações elaboradas pelas diferentes comunidades marranas que habitavam nosso Brasil colonial em meio a resistências e adaptações?

“Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, constituiriam para si, dando sentido ao mundo”. (PESAVENTO, 2004:43)

Mostraremos e analisaremos essas representações divididas em tópicos: Ritos Natalícios, Ritos Matrimoniais, Refeições, Objetos, Costumes, Ritos Fúnebres e influências da língua portuguesa pelo judaísmo. A lista apresenta práticas possivelmente já esquecidas pelas tradições familiares no decorrer dos tempos. Entretanto, nos servirão de base para podermos confrontar com as representações cotidianas que são apresentadas até os dias de hoje principalmente pelas pessoas mais humildes e que possuem fortes vínculos com tradições religiosas cristãs. O que não nos priva de encontrar, no entanto, tais representações sendo feitas por indivíduos que muitas vezes não estão ligados a nenhum grupo religioso mais que por meio da comunidade a qual são inseridos acabam praticando tais crenças e valores. Esses costumes foram catalogados a partir de exaustiva pesquisa bibliográfica em diversos autores que em suas obras destacam tais tradições e costumes (CARVALHO; LUSTOSA; NOVINSKY; SOUZA; UNTERMAN; LIPINER e outros). No entanto, quase todos os estudiosos do judaísmo apontam tais práticas somente para identificar o marranismo. Aqui, para tanto, serão apontadas tais manifestações culturais junto às representações aculturadas ao longo do tempo histórico de pessoas simples do interior da Paraíba, nas quais por meio de suas lembranças colhidas através de entrevistas poderemos comparar com as tradições marranas e perceber suas possíveis origens. Fazendo uso das análises dos discursos proferidos por nossos entrevistados no sentido de encontrarmos semelhanças nas práticas oriundas do judaísmo e nas representações culturais aculturadas de hoje numa tentativa não de provar suas, mas de percebermos e grau de semelhança e as apropriações que vão sendo feitas entre o judaísmo, o cristianismo e o imaginário popular.

Os costumes judaicos catalogados e expostos abaixo nos darão suporte para melhor analisarmos o processo no qual definiremos como aculturação e apropriação frente as resistências e adaptações do marranismo.

Vejamos:

Colocar a cabeça de um galo em cima da porta do quarto onde o nascimento iria acontecer. Depois do nascimento, a mãe não deveria descobrir-se ou mudar de roupas durante 30 dias. Ela deveria permanecer em repouso em sua cama, e afastada do contato com outras pessoas, pois segundo a Lei, a mulher fica impura durante 30 dias após um parto.

Nossas entrevistadas falando com saudades e já com uma certa dose de modernidade nos mostram que:

“Eu vou falar o que minha mãe me dizia e não o que eu fiz... Teria que usar meia, a cabeça coberta com um pano... Coisa que eu achava ridícula. Nunca fiz... O banho só depois de oito dias. Parece que era assim e lavava a cabeça. E o que lavava antes era só pra lavar o rosto,

tinha que passar quarenta dias de resguardo, tinha que ficar de repouso, de preferência tinha que ficar dentro de um quarto não podia sair”. (Fátima de Efigênio, entrevista realizada em 10 de novembro de 2007).

Dona Maria Belo por sua vez nos diz:

“Os partos eram feitos pela cachimbeira, cachimbeiras eram as parteiras veias. E tinham as tratadeiras. Ou então a mãe ou avó.

No resguardo era 30 dias. Só se saía do quarto no tempo da minha mãe depois de três dias. Não se tomava só o banho de aceio e banho que era o banho morno e o banho frio, depois do banho morno só ia tomar banho frio depois de quinze, mai fazia o de aceio. Quinze dias do morno pra o frio. Tina que usar meia, um pano na cabeça e até algodão no ouvido que era pra num quebrar o resguardo com zuada (cic)...” (Entrevista realizada no dia 11 de novembro de 2007).

Já a Senhora Balô, nos relatou o seguinte:

“... Ah! Os parto antigo era cinco dia de cama. Eu ainda alcancei esse tempo. A pessoa quer dizer quando ganhava menino fazia o banho de aceio na cama mesmo e ficava deitada na mesma mesmo. No segundo dia se virava no outro dia se sentava, com quatro dia ficava na cama mais dentro do quarto, com cinco dias é que saía da cama, arrumava a cama mais ficava ali dentro do quarto. Com cinco dias é que saía de dentro do quarto. Aí tomava banho com doze dias sem molhar a cabeça com água morna... (entrevista realizada em 10 de novembro de 2007).

Com relato semelhante, Dona Cilene fala com entusiasmo, ar de moderna e ao mesmo tempo olhar de saudade que:

No tempo de outrora, minha mãe queria fazer mais eu num quis não. A mulher passava trinta, durante o resguardo de meia, cabeça amarrada, era bem oito dias ou quinze deitada em cima de uma cama, porque eles tinham o resguardo como uma doença.

Naquele tempo a mulher só tomava banho depois de oito dias... Banho morno, com doze dias, banho morno, depois de vinte dias é que começava tomar o banho frio. (Entrevista realizada em 12 de novembro de 2007).

Percebemos a partir dos relatos que ha uma forte semelhança com as tradições judias, até porque falamos de um costume que era praticamente generalizado não só em famílias judaicas como também nas tradições cristãs e que deste ato não temos nada que possam parecer desviante as leis de Roma. Para tanto, o que nos chama a atenção é a fragmentação quanto aos costumes frente aos avanços de um mundo moderno, nossas entrevistadas falam com saudades, mas não se sentem mais inseridas em suas próprias memórias. O novo vai sendo delineado e novas práticas e costumes vão surgindo. E, conseqüentemente novas identidades Segundo Hall (2001: 9):

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado [...] A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.

Nossas entrevistadas sem exceção já não se sentem mais no universo a qual estavam inseridas em suas memórias, porém vivem tal crise apontada por Hall no sentido de que 'presas' a seus valores culturais do passado já não praticariam os cuidados com o parto do passado, nem ao menos passando mais para suas filhas tais práticas, porém de uma maneira resignificada acabam criando novas representações que possam unir de certa forma as representações passadas e o modelo de vida correta da modernidade. E o que nos leva a atestar mais ainda as idéias de Hall é o fato de que nossas entrevistadas acabam percebendo suas mudanças de costumes, principalmente no momento que lembram do passado. "... segundo a minha vô que isso ela passou pra minha mãe que passou pra mim mais eu não segui nenhuma... Eu não tenho medo nem acredito mais acho constrangedor e acabo fazendo..." (Fátima de Efigênio). A crise, para tanto ocorre quando vêm à tona as lembranças.

Voltando as comparações entre as práticas judaizantes e marranas frente às tradições culturais de hoje temos ainda parecida com a prática dos resguardos e seus cuidados a de a mulher ter que se afastar no período menstrual, em que também é considerada impura.

"... Na menstruação era parecido. Num podia comer isso, num podia chupar manga, num podia chupar abacaxi, num podia lavar a cabeça. Passava três dias sem lavar a cabeça... Aí tinha uma conversa eu num posso comer isso assim, assim porque adoeci. Dizia não eu num vou comer isso não que eu tô doente!" (Dona Balô).

Ainda durante esses trinta dias, em que a mulher estava de resguardo só comia frango, de manhã, de tarde e de noite. Dava "sustância", força para a recuperação. Lançar uma moeda prateada na primeira água de banho do bebê. Dizer uma oração oito dias depois de nascimento na qual o nome do bebê é citado. Realizar a circuncisão ou mesmo batizar o menino ao oitavo dia de nascido. Acender alguma vela ou lamparina no quarto onde o parto ia acontecer, porque o menino não podia ficar no escuro até ser batizado (ou circuncidado).

Remetendo-se às memórias das entrevistadas temos:

[...] quando era sete dia se a mulher saísse do quarto a criança num saia... Agora eu num sei o motivo. A criança cuidava no quarto sem tirar. A mãe num saia.

Todo mundo seguia direitinho, não se comia fruta de qualidade nenhuma era carne de gado e galinha caipira. (Dona Maria Belo).

Dona Balô acrescenta nos citando o seguinte:

Quando eu ganhava neném já tinha dez, quinze galinha no chiqueiro gorda. Aí a mulher não comia frutas, a única fruta que a mulher comia era banana prata, aquela banana anã. (Dona Balô).

No que se refere aos ritos matrimoniais temos: Os noivos e seus padrinhos e madrinhas deveriam jejuar no dia do casamento. Na cerimônia, as mãos dos noivos eram envoltas por um pano branco, enquanto fazia-se uma oração. Da cerimônia seguia-se uma refeição leve: vinho, ervas, mel, sal e pão sem fermento. Noivo e noiva comiam e tomavam do mesmo prato e copo.

Já no tocante às refeições temos uma grande gama de costumes que seguem a dieta Kasher e o jejum contido nas Leis de Moisés e justificados pelo Torah apresentados por: WIZNITZER:1962. Era proibido comer carne com sangue. Às vezes também se retiravam os nervos, com uma faca especial para tal. Ovos com mancha de sangue eram jogados fora. Não se comia carne de porco, pois é considerada impura. Não era permitido cozinhar carne e leite juntos. Às vezes esperava-se um certo tempo entre a ingestão do leite e da carne. Comia-se apenas comida preparada pela mãe ou pela avó materna. Um menino deveria jejuar durante 24 horas antes de completar sete anos. Costumava-se beijar qualquer pedaço de pão que cai no chão. Era proibido comer carne de animal de sangue quente que não tivesse sido sangrado. Havia certas restrições quanto aos tipos de peixe comestíveis: os peixes “de couro” (sem escamas) não serviam para consumo, e às vezes só os peixes do mar podiam ser ingeridos. Moluscos e mariscos também eram proibidos. Há ainda hoje um hábito muito difundido, especialmente no interior, de derramar um pouco da bebida e da comida “para o santo”, com raízes na páscoa judaica. Em algumas casas de famílias cristãs-novas, na mesa de jantar, havia gavetas, que serviam para esconder a comida kasher, a comida recomendada pela Torah, caso chegasse alguma visita inesperada.

Além de fazerem intenso uso da prática do jejum, havia também o ato de dar esmolas no qual dignificava os judeus e os tornava mais puros os praticantes segundo as leis de Moisés.

Ao nos remetermos as nossas entrevistas podemos conferir o quanto essas práticas apresentadas e colhidas principalmente por WIZNITZER estão sendo vistas hoje como mera superstições dos ‘antigos’.

“Na semana Santa na época do meu avô há 55 anos atrás o meu avô sempre que era na semana ele sempre colocava na porta da sala um saco de arroz, um saco de feijão, um saco de farinha, uns dois caçar de coco e um barril de bacalhau, ele colocava pra dar esmola...Quando levantava tinha que passar o dia com aquela roupa, não tomava banho a partir da quarta feira de treva porque disse que entrevava, começava sem comer carne a semana todinha”. (Dona Balô). Muitas atividades costumeiras ainda hoje retomam tradições judaizantes e marranas que nem sempre temos conhecimento e são relatadas por (WIZNITZER:1966) como: Acender velas nas sextas-feiras à noite. Celebrar a Páscoa, e jejuar durante a Semana Santa. As datas da Páscoa Cristã e da Páscoa judaica freqüentemente coincidem. Limpar a casa nas sextas-feiras durante

o dia. Era proibido fazer qualquer coisa na sexta-feira à noite (até mesmo lavagem de cabelo). Realizar alguma reunião familiar nas sextas-feiras à noite. Aos sábados, velas eram acesas diante do oratório e deveriam queimar até o fim do dia. Havia roupas especiais para o sábado. Às vezes eram simplesmente roupas novas ou roupas limpas. Dizeres comuns: “O Sábado é o dia da glória”, ou “Deus te crie” (Hayim Tovim), para quando alguém espirrava. Comemorações diferentes das católicas, como o “Dia Puro” (Yom Kippur) ou algum feriado de Primavera. Era costume de alguns acenderem, no Natal, oito velas. Em imitação a alguns personagens bíblicos, quando acontecia algo importante, rasgavam-se as vestes. Um costume ainda muito comum hoje em dia era varrer o chão longe da porta, ou varrer a casa de fora pra dentro, com a crença de que se o contrário fosse feito as visitas não voltariam mais. Na verdade esta prática está ligada ao respeito pela Mezuzah, que era pendurada nos portais de entrada, e passar o lixo por ela seria um sacrilégio.

Tomando por base os estudos do professor Ângelo de Assis e UNTERMAN:1962), o uso da Mezuzah pode nos remeter ao uso de cruzes afixadas nas paredes ou portas no intuito de trazer felicidade e afastar o mal. Neste sentido pela porta da frente só se pode entrar o bem.

“...O pessoal também dizia que você não varria da porta da cozinha pra sala. E nem jogar o lixo pela frente, porque dizia que tava jogando a sua felicidade, a sua fortuna na rua pela porta da frente”. (Dona Cilene).

“...Ainda hoje família minha num varre casa de porta afora, mamãe num dexava (cic). Se varresse a felicidade saia ou então varrendo tinha que botar num canto da casa”. (Dona Maria Belo).

“Quando vinha um vento botava a cruz pra aparar o vento muito forte”. (Dona Nita).

Para efeito de comparação a cruz colocada atrás da porta, no passado, tinham um formato hexagonal, assemelhando-se a estrela de Davi a qual seria um dos maiores símbolos do judaísmo e que está presente na maior parte dos objetos sagrados dos judeus tendo também a noção de se trazer sorte e afastar o mal, uma vez que a estrela seria o sinal da vinda e da presença do messias atestado pelos judeus em Ap. 22:16. Ou ainda Colossenses 2: 8-9.

Porém, o ato então de varrer a casa com o lixo para a porta da frente significara para os judeus um desrespeito a Mezuzah, a qual continha textos escondidos do Torah (Os textos imbutidos nas caixinhas chamadas de Mezuzah de acordo com as tradições marranas eram não somente uma maneira de terem as leis de Moisés dentro de seus lares, como também uma forma de não esquecerem os ensinamentos da Lei de Moisés. Nesse sentido varrer a entrada dos lares onde ficavam as tais caixinha tornava-se um desrespeito), que era para escapar dos olhos da Santa Inquisição ou dos cristãos-velhos delatores. Porém de maneira resignificada a qual os cristãos-novos iriam se incorporar foi a utilização da própria Cruz (objeto sagrado para os católicos), onde não utilizando caixinhas, mas a própria Cruz seria o sagrado que traria sorte e

proteção. Dessa maneira vemos que cada grupo acabou criando uma forma de reconhecerem-se no sagrado. Não queremos dizer com isso que a Cruz nas portas dos cristãos, seriam uma ramificação da Mezuzah, mas uma maneira de representação semelhante num mundo onde as relações de público e privado estavam tão intensas e o que um indivíduo acabava fazendo quase sempre se transformava em representações coletivas.

Segundo Lipiner (1977): Alguns costumes de hoje podem estar atrelados aos seguintes ditados populares e costumes:

“Entrar e sair pela mesma porta traz felicidade” bem como o costume de varrer a casa da porta para dentro, costume arraigado até os dias de hoje, para “não jogar a sorte fora” é uma camuflagem do respeito pela *Mezuzá*, afixada nos portais de entrada, bem como aos dias de faxina obrigatória religiosa judaica, como antes do *Shabat* (Sábado, dia santo de descanso semanal) e de *Pessach*.

“Fazer medidas” origina-se na reverência à *Mezuzá* (pergaminho com versículos de DT. Seis 4-9 e 11,13-21, afixado, dentro de caixas variadas, no batente direito das portas).

Partindo daí novas representações acabavam sendo construídas e resignificadas não somente pela mudança de objetos que poderiam trazer sorte, como também dos seus próprios significados no sentido de moldarem e trazerem certo reconhecimento para aqueles que a pratica. Segundo Pesavento: *“a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”*. (2004:41).

Remetendo-se aos nossos entrevistados temos uma série de novas representações que foram construídas e que são análogas a prática da Mezuzah:

“Tinham antigamente na casa alguns objetos que eles diziam que era pra evitar mal olhado. Tinham como o Buda com um prato de arroz de costas pra porta pra trazer fortuna, chifres que eles diziam que era um enfeite mais na verdade era pra evitar coisa ruim, como plantas também como o comigo ninguém pode”. (Fátima de Efigênio).

[...] Sai uma pessoa da minha casa pra eu varrer olhe... O finado Davi de Dona Joana, ele enviuvou e depois se casou de novo com Antônia mãe de Nena. Era até uma moça veia... Aí ele viajou daí Dona Tonha foi varrer a casa daí chegou uma mulher e disse num varra a casa não que é aigorano a pessoa a num voltar. Quando foi de cinco horas da tarde ele voltou mais num caixão. (cic). (Dona Nita).

“Antigamente quase toda casa antigamente tinha uma ferradura colocada na área na sala que era pra trazer felicidade, fortuna. Mais hoje eu acho que num tem mais as ferraduras. O chifre pra num botar o mal olhado. Eu mesmo tinha uma ferradura linda que eu ganhei... Hoje agente quase nem ver!”. (Dona Cilene).

No trato com os mortos também encontramos uma série de heranças que podem nos remeter às heranças marranas: Cobrir todos os espelhos da casa. Toda a água da casa do defunto era

jogada fora. Cortar as unhas do defunto (ou pelo menos um par delas) como também alguns fios de cabelo e envolver tudo em um pedaço de papel ou pano. Lavar o corpo com água trazida da fonte em um recipiente novo, que nunca tenha sido usado, e vestir o corpo em roupas brancas, as mortalhas. O corpo era velado durante um dia, e então uma procissão levava-o à igreja e de lá ao cemitério. A casa então era lavada. Durante uma semana manter-se-ia o quarto do finado iluminado. A casa da família enlutada fechada ao máximo, durante uma semana, com incenso queimando pelos cômodos. Quase ninguém entrava ou saía durante esse período. Os homens não se barbeavam durante trinta dias. Manter o lugar do defunto à mesa, encher o prato dele ou dela e dar a comida a um mendigo. Não comer carne durante uma semana depois de uma morte na família. Jejuar no terceiro e oitavo dia e uma vez a cada três meses durante um ano. Convidar um mendigo para comer e servir a comida que o morto mais gostava. Colocar comida perto da cama do defunto. Fazer a cama do defunto com linho fresco e queimar uma luz perto dela durante um ano. As parentas deveriam cobrir suas cabeças e esconder as faces com uma manta. Ir para o quarto do defunto por oito dias e dizer: "Que Deus te dê uma boa noite. Você foi uma vez como nós, nós seremos como você". Passar uma moeda de ouro ou prata em cima da boca do defunto, e então dá-la a um mendigo. Passar um pedaço de pão em cima dos olhos do defunto e dá-lo a um mendigo. Dar esmolas em toda esquina antes da procissão funerária chegar ao cemitério. Dar pelo menos para um mendigo um terno completo e comida aos Sábados durante um ano. Ter várias luzes iluminando em véspera de Dia Puro, em memória do defunto. Em algumas cidades havia o chamado "abafador", que deveria ajudar alguém gravemente doente a ir embora antes que um médico viesse examiná-lo e descobrisse que o enfermo é judeu. O abafador, a portas fechadas, sufocava o doente, proferindo calmamente a frase "Vamos, meu filho, Nosso Senhor está esperando!". Feito o trabalho, o corpo era recomposto e o abafador saía para dar a notícia aos parentes: "ele se foi como um passarinho..." (MENDONÇA, 1937). Colocar seixos sobre os túmulos ou sobre os cruzeiros nas estradas advém de tradições judaicas e tinham como significado de não deixar o morto ser esquecido. Cada vez que alguém ali passasse deveria fazer uma oração. Hoje, ainda se faz os cruzeiros, por exemplo, nas estradas onde o indivíduo morre com o significado maior de marcar onde ficou o sangue do falecido. Já no tocante os seixos as interpretações e representações são outras.

Os costumes em crise de hoje conferidos em nossas entrevistas nos mostram as seguintes apropriações no trato com os mortos:

"Quando eu era criança nos enterros o povo cantava uma excelência... Eu era criança e num entendia direito, eu num sei o que era aquilo. O povo chamava excelência. E era enterrado numa rede... Sempre saia com a imagem do senhor... Aquele santo, o crucifixo, depois voltava"... (Balô).

Quando alguém morresse numa estrada aquilo de bota cruz e botar uma pedrinha. Era de acidente. Aqueles acidentes que acontece nas estradas aí todo mundo que passava botava uma pedrinha, pra lembrar do defunto... Hoje quando morre agente faz aquele carneirinha é porque onde ficou o sangue pra marcar. (Dona Nita).

“Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. (PESAVENTO, 2004:39)

Ao estudarmos a influencia dos costumes marranos nas tradições culturais nordestinas vemos que os valores oriundos do judaísmo Ibérico já sofreriam transformações no momento em que passaram a ser praticada de forma clandestina pelos anussins. Sendo assim, a forma judaizante de viver na Espanha ou em Portugal já seriam modificadas aqui no Nordeste colonial em meio as perseguições Inquisitoriais, promovendo uma readaptação das práticas e conseqüentemente novas representações que pudessem permear um nova identidade para esses indivíduos. Todavia, essas novas representações não seriam uma cópia fiel do judaísmo Ibérico, pois em meio a fugas e adaptações os marranos tiveram que criar seja de modo consciente ou inconsciente valores que pudessem lhe permitir reconhecer-se como judeu, mesmo que às escondidas.

Pesavento nos mostra que as representações são construções simbólicas e que carregam valores reais, nos quais se transformam em ações práticas, sentimentais e até mesmo morais: “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele” (2004:40).

Os marranos então vivam uma crise quanto a sua identidade, pois acabavam não sendo mais aceitos e nem vistos como cristãos e nem como judeus. Suas práticas nas quais acabaram se miscigenando a valores cristãos lhe moldaram uma nova identidade carregada de novas interpretações e representações. No espaço entre o público e o privado seus costumes iriam corroborar para influenciar até mesmo os cristãos-velhos.

Segundo Kaufman:

[...] estavam ligados à sua própria identidade pela consciência ou pelo autoconhecimento, atribuindo valor à imagem que tinham de si mesmo. A preocupação com essa imagem levava-os a desobedecer, a revoltar-se, mas também levava-os a obedecer ainda mais, mesmo que apenas no domínio público [...] Assim, na intimidade da casa assumiam a identidade judaica e perante a sociedade geral buscavam apenas a identidade social que lhes permitia a inclusão na situação colonial. (KAUFMAN apud SILVA FILHO, 2005, p.102-102).

Remetendo-se as nossas entrevistas e aos objetos contidos em nosso anexo temos uma forte clarividência quanto às influências que sofreriam tanto os marranos quanto os cristão-velhos em nosso Nordeste pelo fato de que o privado chegaria ao público. Dessa maneira a dupla identidade do marrano apontada por Silva Filho ao passar do tempo, é claro, tornar-se-ia costume do povo nordestino. O limiar que separava o que era costume judeu do que seria

costume cristão, “desapareceria” frente ao imaginário social de convivência entre os povos e ao esfacelamento das práticas Inquisitoriais que ao longo dos séculos XVIII e XIX perderiam seu sentido de criação e existência. Os fatos das práticas Inquisitoriais terem se esfacelado frente ao mundo moderno não implica necessariamente que as perseguições aos judeus tenham desaparecido. O anti-semitismo continuaria vivo até os dias de hoje. Acompanhando as transformações e valores culturais, resignificando-se sob novos grupos preconceituosos, principalmente de brancos eurocêntricos e neonazistas.

A crise pela qual passariam os cristãos-novos nesse limiar do público e do privado e nas novas apropriações de novos traços culturais seria ainda corroborada pelo seguinte fato:

[...] não são judeus porque não guardam a Lei de Moisés, e se guardam, não a confessam publicamente, sendo a isto obrigado pela mesma. Não são cristãos, porque ainda que alguns pareçam nas obras exteriores, não o são no coração nem no entendimento como eles mesmos confessam. E porque querem mostrar no seu exterior serem cristãos sendo judeus no interior, nem ficam judeus nem cristãos. (SILVA FILHO, op. Cit, p. 168).

Faz-se mister, no entanto, ver que nem todos os judeus eram secretos e que na distância dos inquisidores e das malhas do clero colonial bem como na própria distância de Roma, muitos princípios das Leis de Moisés eram praticados abertamente até mesmo por cristãos-velhos. É o caso dos ditos populares já mostrado nesta pesquisa, dos cuidados e medos com o parto, do zelo com os objetos tidos como sagrados que em meio a um sincretismo religioso iam sendo apregoados e contribuiriam para nossa formação cultural nordestina.

E, essas novas representações produziriam novas identidades, pois gerariam um imaginário por meio de valores simbólicos que marcariam gerações e padronizariam a forma de se viver no Nordeste.

A reapropriação, por exemplo, da Mezuzah (caixinha com frases do Torah escondidas no interior de paredes marranas ou atrás da porta), ganharia novas representações quando os cristãos e até mesmo depois os próprios anussins trocariam por cruzeiras algumas delas até com formatos análogos a estrela de Davi e apregoaram novos significados. Enquanto a Mezuzah servia pra fazer com que os marranos não esquecessem suas origens e para trazer proteção para a residência a Cruz contribuiria para afastar o mal e impedir que o mesmo adentrasse na casa, além de até mesmo, servir para acalmar ventanias.

Observando as heranças e traços judaizantes e marranos no sincretismo com o cristianismo católico mesmo que em declínio apresenta-se como uma das características marcantes do povo nordestino ainda tão arraigado a valores religiosos e crenças atreladas à superstições, porém tais costumes estão como podemos ver nas falas e nos processos de representação, apropriação e resignificação como construtores de novas identidades trabalhadas principalmente por Pesavento e Chartier que as noções de globalização e massificação dos costumes estão fazendo com que muitas crenças sobrevivam apenas no imaginário e que identificam a maioria

dos indivíduos agora, somente quando estas são remetidas á lembranças e não mais com frequências a suas práticas, pois viver as representações aculturadas do marranismo e do cristianismo para muitos se tornou algo dos antigos, do passado que não condiz com o modelo de vida real científico e tecnológico 'longe' de mitos e lendas.